

LÍDER EM CREDIBILIDADE



# ODIA

R\$ 2,50  
NACIONAL R\$ 4,00  
Ano 64 // Nº 18.190

TERESINA, QUINTA, 1º DE OUTUBRO DE 2015

## Críticas

# Furpa diz que TCE descumpre Lei de Acesso a Informação

O presidente da Fundação Rio Parnaíba, Francisco Soares, denunciou ontem (30) a ODIA que o Tribunal de Contas do Estado não informou de forma satisfatória os dados referentes a remuneração de conselheiros, descumprindo a lei 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação. A Fundação tinha encaminhado ofício ao TCE pedindo valores referentes a salários, auxílio moradia, auxílio saúde, alimentação, transporte, dentre outras vantagens.

Em resposta, de acordo com Francisco Soares, a

Diretoria Administrativa do TCE entregou demonstrativos de subsídio de conselheiros, conselheiros substitutos e membros do Ministério Público de Contas, informando os valores de R\$ 30.471,10; R\$ 28.947,55; R\$ 30.471,10; respectivamente. Segundo Soares, o problema é que além do subsídio, com outros auxílios e benefícios, os conselheiros chegam a receber mais de R\$ 42 mil.

“O TCE deveria dá o exemplo. As informações não foram disponibilizadas e ainda disseram que podem ser encontradas

no site, só que estão muito difíceis de serem encontradas. Isso é descumprir a lei de acesso à informação”, reclama o professor.

A ODIA, através da assessoria de imprensa, o TCE informou que disponibiliza todas as informações referentes a pagamentos em seu site, através do portal da transparência. “Além do portal, entregamos as informações detalhadas quando solicitadas. O TCE está a disposição para receber qualquer cidadão e atender todos os pedidos”, diz a assessoria.

(João Magalhães)



Julgará prestação de contas - 30/09/2015 às 11h52

## TCE-PI divulga previsão de julgamento de processos até dezembro

Curtir 0

Tweet 0

+1 0

Compartilhar

**Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!**

O TCE-PI divulga a agenda de previsão de julgamento dos processos de prestação de contas de municípios e órgãos referentes aos exercícios de 2010 a 2013, até o mês de dezembro de 2015, conforme Resolução TCE/PI nº 29. O agendamento compulsório dos processos visa dar celeridade ao julgamento das prestações de contas no Tribunal.

**CONFIRA AS AGENDAS**

[Agenda da 1ª Câmara](#)

[Agenda da 2ª Câmara](#)

[Agenda do Plenário](#)

Fonte: Com informações do TCE-PI

Publicado Por: Jhone Sousa



## Bastidores

Rômulo Rocha

Pareceres Divergentes - 30/09/2015 às 17h12

### Caso APROJUV: técnica do TCE assina dois laudos opostos na DEFAE

Curtir 0 Tweet 1 G+1 0 Compartilhar

A auditora fiscal do Tribunal de Contas do Estado Maria Valéria Santos Leal assinou dois relatórios em que suas constatações diferem em relação ao mesmo tema, que vem a ser denúncias semelhantes contra a APROJUV, entidade que administra a Potycabana.

Na primeira peça, cuja relatora é a conselheira Lilian Martins, a auditora não conseguiu ver uma incongruência.

Já no segundo, cuja relatora é a conselheira Waltânia Alvarenga, ela atesta várias irregularidades na APROJUV.

A associação foi criada a toque de caixa para formalizar contrato de gestão com a Secretaria de Educação, no governo Wilson Martins, quando o secretário era Átila Lira.

As pessoas que comandavam a Potycabana, e ainda comandam, são ligadas ao deputado federal Rodrigo Martins.

Lilian é mulher do ex-governador Wilsão.

Repórter: Rômulo Rocha  
Publicado Por: Rômulo Rocha

APROJUV na pauta - 01/10/2015 às 08h13

### Potycabana: prejuízo com contratação da Lokal deve ultrapassar R\$ 40 mil

Curtir 0 Tweet 0 G+1 0 Compartilhar

A pequena auditoria que a Controladoria Geral do Estado (CGE) fez nas contas da APROJUV, entidade que administra a POTYCABANA, evidencia que o contrato entre a assombrosa associação e a empresa Lokal Serviços de Manutenção e Locação LTDA teria gerado um prejuízo de no mínimo R\$ 40 mil aos cofres públicos – quer dizer, a você, contribuinte.

O relatório sustenta que, esperta, o custo total dos auxiliares de serviços gerais fornecidos pela empresa englobava a inclusão do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), o que viola, segundo a CGE, a legislação estadual em vigor e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

- Caso APROJUV: técnica do TCE assina dois laudos opostos na DEFAE

Repórter: Rômulo Rocha  
Publicado Por: Rômulo Rocha



## MP é contra terceirização de hospital no PI e entra com ação na Justiça

30/09/2015 • 17:15

Notícia



Por Dulce Furtado

O Ministério Público do Piauí deve entrar até esta quinta-feira (01) com uma ação contra o Governo do Estado por conta da terceirização do Hospital Justino Luz, em Picos, agora suspensa até uma discussão com os deputados e o governador Wellington Dias (PT). Desde o início da semana o assunto vem sendo discutido na Assembleia Legislativa do Estado (Alepi), depois da secretaria estadual de Saúde ter contratado uma Organização Social para gerir o hospital.



Segundo os deputados da Casa, o contrato teria sido feito de forma obscura, sem transparência por parte do Governo. O deputado Rubem Martins (PSB) chegou a solicitar ao Tribunal de Contas do Piauí (TCE), um posicionamento sobre o caso.

O Sindicato dos Médicos do Piauí (Simepi) também já declararam ser contra a terceirização do hospital e devem junto ao ministério público entrar com a ação contra o Governo. "Nossa presidente esteve em Picos e já conversou com a promotora da cidade para discutir o que poderá ser feito", explicou o médico Renato Leal, tesoureiro do sindicato.

Segundo Renato Leal, a atitude do governo é inconstitucional, já que ele está querendo passar uma atribuição que é dele para terceiros. "A saúde é direito de todos e dever do Estado. Então o governo não pode passar essa atribuição para terceiros. Eles estão querendo burlar a lei", disse.

Renato Leal explica ainda que essa estratégia do governo é uma forma de atingir várias leis, dentre elas estão as licitações e os concursos públicos que deixariam de existir. "O governo não precisaria mais fazer licitações e muito menos promover concursos públicos. Eles colocariam para trabalhar lá dentro quem quisesse para atender a população", declarou.

Nesta quarta-feira (30) deputados, vereadores do município e médicos do Estado participaram de um ato público contra a terceirização. Segundo o deputado Marden Menezes (PSDB), presente no protesto, os parlamentares estão se mostrando contra o projeto, já que foi de uma forma muito rápida como aconteceu à licitação, e em poucos dias a empresa contratada já estava atuando dentro do hospital, sem nem mesmos os parlamentares terem tempo de ver o andamento de todo o processo.



O deputado Rubens Martins explicou que foi essa licitação que começou no final de agosto e já no início de setembro o Governador Wellington Dias (PT) baixou um decreto concedendo o direito de a empresa administrar o hospital, sem nem ao menos discutir isso com a Assembleia Legislativa do Piauí, o que, segundo ele, é muito estranho.